

POLÍTICAS TERRITORIAIS EM TEMPOS DE MÚLTIPLAS CRISES: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O BRASIL NA DÉCADA DE 2020

Aristides Monteiro Neto

Doutor em economia aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); e pesquisador e professor do mestrado em políticas públicas e desenvolvimento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). *E-mail:* <aristides.monteiro@ipea.gov.br>.

Lucileia Aparecida Colombo

Doutora em ciência política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR); e professora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). *E-mail:* <leia.colombo@gmail.com>.

João Mendes da Rocha Neto

Doutor em administração pública pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); especialista em políticas públicas e gestão governamental; e professor do departamento de administração da Universidade de Brasília (UnB). *E-mail:* <jmdrn@uol.com.br>.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2882-port>

Políticas públicas são frequentemente desafiadas por alterações nas condições de sustentação e nos regramentos para sua operacionalidade. Quando crises de toda ordem irrompem, as políticas são imediatamente afetadas, e muitas delas perdem sua validade operativa. Neste *Texto para Discussão* discutimos como a confluência de crises econômicas, políticas e sanitária e o imperativo ambiental da mudança climática nas últimas duas décadas têm desorganizado o plano político-institucional em que se assentam as políticas públicas. Nesses momentos de ruptura de padrões surgem, entretanto, ideias, projetos e esforços para reavaliação e retomada das políticas em novos termos. A política regional brasileira não foge à regra, podendo ser repensada para oferecer saídas adequadas para as transformações em curso.

O texto está estruturado em três seções, além das considerações finais e da introdução. A seção 2 reconhece e apresenta um panorama das múltiplas crises globais que têm impactado e desvirtuado trajetórias previamente delimitadas para as políticas nacionais. Na dimensão política das nações contemporâneas, o

enfraquecimento do ideal democrático nas sociedades modernas tem sido característica frequente e indesejável. Instituições, normas e valores democráticos são desafiados em tempos de complexas e difusas redes sociais ao mesmo tempo que conflitos e rupturas se exacerbam sem que respostas aos problemas tenham tempo de ser adequadamente formuladas e atendidas. Reforça-se, assim, um contexto no qual políticas públicas perdem sustentação política e capacidade operativa e de entrega de soluções; sua credibilidade e sua representatividade crescentemente têm sido abaladas.

Na dimensão das estruturas econômicas, as crises, na perspectiva dos atores privados, resultam frequentemente em maiores riscos de operação e menores lucros, cenário que, por sua vez, contribui para a postergação de investimentos e até mesmo da desmobilização de recursos produtivos em atividade. Na esfera governamental, crises econômicas tendem a gerar efeitos contraditórios. De um lado, exigem dos governos que atuem para reduzir danos e prejuízos sofridos por grupos de pressão por meio da realização de gastos compensatórios ou de investimentos

SUMEX

anticíclicos; e, de outro lado, tendem, em direção contrária, a reduzir a capacidade de gastos públicos, por causa da queda na arrecadação tributária geral, aprofundando ainda mais os efeitos negativos da recessão inicial.

Como desafio permanente no horizonte de atuação dos governos do mundo inteiro está a questão da mudança climática e de seus impactos para a sobrevivência humana no planeta. Há, de maneira crescente, consenso global para a implementação de incisivas agendas de políticas governamentais visando responder aos imperativos que se impõem. Na política regional cabe o cumprimento dessa nova missão como contributiva para o esforço global no tema da mudança climática. Repensar a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) para que ela inclua em seus objetivos a transição energética, entre outras tarefas, em alinhamento com as agendas do Painel Intergovernamental para Mudança Climática (Intergovernmental Panel on Climate Change – IPCC) e dos Objetivos do Milênio, pode significar um passo importante para a mudança estrutural da matriz econômica regional a partir de atividades baseadas em conhecimento e em energias limpas.

Na seção 3, discutem-se os caminhos específicos pelos quais as crises globais impactam diretamente o território do país e como desarticulam todo o aparato de políticas públicas, desde as de caráter social e voltadas para as pessoas até aquelas mais referenciadas às especificidades territoriais de um país, como a regional e a urbana. A discussão coloca luz na relevância da compreensão do papel retroalimentador que decorre da coordenação entre políticas regionais explícitas e as políticas chamadas implícitas, com relevantes impactos territoriais – social, ciência, tecnologia e inovação (CT&I), infraestrutura etc.

Na seção 4 é feita uma reflexão sobre os desafios externos e internos associados a atual PNDR. São apresentadas evidências dos problemas de representatividade e legitimidade, de gestão e

governança; aponta-se a recorrência de desarticulação das instituições existentes para a implementação da política; mobilizam-se conceitos inerentes a problemas complexos, como os *wicked problems* para refletir sobre a multiescalaridade própria da política regional; e, por fim, analisam-se possíveis rumos e missões para a renovação dos objetivos e propósitos fundamentais da PNDR.

Adicionalmente, entende-se que o debate em torno da questão regional no Brasil requer acionar outros campos do conhecimento, notadamente quando a discussão gira em torno das políticas públicas, com a finalidade de alargar os horizontes analíticos que possibilitam aprimorar as avaliações e oferecer alternativas ao enfrentamento do problema, dentro de uma agenda governamental.

Nas considerações finais, com base nas reflexões realizadas, indica-se um conjunto de referências programáticas para fortalecimento da PNDR frente a demais políticas públicas nacionais, com base numa reorientação de objetivos, em direção a uma estratégia de mudança estrutural ambientalmente sustentada e lastreada no componente da inovação e do conhecimento. O ambiente de múltiplas crises, ao invés de desmobilizar, impele toda a sociedade a reconhecer a necessidade e oportunidade para que se elaborem saídas, estratégias e instrumentos para sua superação.